

## **Da política à teoria econômica: Celso Furtado na *Revista Brasileira de Economia***

Roberto Pereira Silva  
Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da  
Universidade Federal de Alfenas e doutorando na FFLCH-USP.  
Email: robertopereirasilva@outlook.com

### **Resumo:**

O trabalho procura localizar o momento decisivo na trajetória de Celso Furtado em que suas preocupações se voltaram efetivamente para o campo da economia. Essa mudança pode ser captada com a passagem de suas reflexões sobre Teoria Geral da Administração, as funções do Estado burocrático e suas análises de política econômica inglesa e francesa para a discussão sobre teoria econômica. Para tanto, iremos nos deter em duas resenhas publicadas por Celso Furtado na *Revista Brasileira de Economia*, entre 1948 e 1949, onde essa alteração em seus interesses pode ser apreendida

**Palavras-Chave:** Celso Furtado; História do Pensamento Econômico; *Revista Brasileira de Economia*.

## Da política à teoria econômica: Celso Furtado na *Revista Brasileira de Economia*

Luther, de 1517 à 1525, parle, prêche, attaque, se défend. Et dans ce qu'il fait alors, le théologien cherche une doctrine. L'historien, lui, un homme. Un homme aux prises avec des hommes, un homme qu'on attire, qu'on pousse, amis et ennemis, et qui tantôt résiste, tantôt se laisse aller, toujours lutte et bondit. Cette histoire dramatique, si pleine, si variée, nous ne saurions naturellement, ici, la conter en détail. Nous ne saurions même, dans un si court espace, en décrire les péripéties les plus émouvantes. Concentrons nos efforts sur un ou deux problèmes.

(Lucien Febvre. *Martin Luther, un destin*)

Captar alguns momentos da vida de Celso Furtado, para retomarmos a expressão de Lucien Febvre, significa, para o historiador, deixar de procurar o economista, o formulador da teoria do subdesenvolvimento, o técnico que participou de diversas missões internacionais e que esteve a frente da política econômica de três presidentes do Brasil. Para isso, a principal dificuldade consiste em que sua trajetória vem sendo reconstituída precisamente a partir dos resultados mais significativos de sua vida intelectual, particularmente, sua formulação da teoria do subdesenvolvimento. A presença ainda marcante e a herança de Celso Furtado nos estudos sobre economia brasileira e na história do pensamento econômico no Brasil ainda dirigem grande parte das interpretações sobre sua obra, tornando difícil ao intérprete deslindar as escolhas e os percalços que o levaram a se dedicar à economia. Uma circunstância dificulta ainda mais esse processo: a necessidade incontornável de recorrer aos escritos autobiográficos de Celso Furtado, que reconstituem e encerram de forma organizada sua trajetória, inevitavelmente sinalizando ao intérprete os momentos-chave de sua vida, as circunstâncias formadoras, as decisões importantes e as escolhas definitivas de seu percurso. Estes escritos autobiográficos, ao mesmo tempo em que iluminaram o contexto imediato da atuação de Celso Furtado, quando não confrontados com outros documentos e fontes — sobretudo com seus próprios textos nas áreas às quais se dedicou, muitos dos quais não mencionados ou referidos apenas alusivamente em sua obra autobiográfica — de certa forma prenderam os intérpretes numa espécie de camisa de força conceitual<sup>1</sup>, de forma que as reconstituições de sua trajetória se associam, em grande medida, ao próprio relato autobiográfico,

---

<sup>1</sup> Para fins comparativos, indicamos duas reconstituições baseadas nos escritos autobiográficos e que chegam a conclusões quase idênticas, variando unicamente em ênfase (GUIMARÃES NETO, 2009; MENDONÇA, 2010). Entretanto, fique subentendido que muitos estudos de fôlego também utilizaram quase como fonte única de sua reconstituição, os volumes autobiográficos de Celso Furtado.

gerando um curto-circuito que dificulta a inteligibilidade de alguns momentos cruciais na vida de Celso Furtado.<sup>2</sup>

Embora não pretendamos solucionar essas questões de fundo, propomos neste artigo desvelar, localizar o momento decisivo na trajetória de Celso Furtado em que suas preocupações se voltaram efetivamente para o campo da economia. Entendemos que essa mudança pode ser captada com a passagem de suas reflexões sobre Teoria Geral da Administração, o papel do Estado em vias de crescente burocratização, bem como de suas análises de política econômica para a discussão sobre teoria econômica. Para tanto, além dos textos de Celso Furtado escritos no período entre 1946 e 1948 — e que refletem as preocupações mencionadas — nos deteremos em duas resenhas publicadas na *Revista Brasileira de Economia*, a primeira no final de 1948 e a segunda no primeiro trimestre de 1949, ou seja, os últimos escritos anteriores à sua entrada na Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). A ênfase nos comentários críticos às obras *Les mecanismes de prix* de Jean Marchal e *Trustes y carteles, sus orígenes y influencia en la economía mundial*, de Richard Lewinsohn (FURTADO, 1948c; 1949) procura discutir a abordagem segundo a qual a dedicação ao campo exclusivo da economia, assinalada por alguns interpretes, se iniciou após seu trabalho na Cepal ou em período posterior. Nesse sentido, Tamas Szmeracsányi, por exemplo, pontua que após o ingresso na Comissão da ONU, os temas presentes na tese de doutorado “foram mantidos apenas em parte nas obras subsequentes de Celso Furtado”, enquanto os objetivos gerais:

acabaram sendo descartados por ele já nos primeiros trabalhos que publicou após a sua volta da França e seu ingresso na Cepal. Tais preocupações foram substituídas por uma visão de mundo essencialmente econômica, para não dizer economicista e tecnocrática, tornando mais difícil o entendimento de seus trabalhos para os leitores desprovidos de maiores conhecimentos de Economia (SZMERACSÁNYI, 1999, pp.210-2011)<sup>3</sup>

O período referido entre “sua volta da França e seu ingresso na Cepal” compreende os meses em que Celso Furtado trabalhou na revista *Conjuntura Econômica*, editada pela Fundação Getúlio Vargas, e durante os quais publicou as duas resenhas que iremos analisar. Esse período na vida de Celso Furtado, esse intervalo entre sua estadia na França e sua viagem para Santiago tornou-se um hiato para grande parte da bibliografia (MALLORQUIN, 2010; 2005),<sup>4</sup> ou apenas uma menção sem

---

<sup>2</sup> Para uma abordagem crítica sobre a autobiografia: (BOURDIEU, 2006); uma crítica a essa abordagem, pode ser encontrada em: (DOSSE, 2010). Uma análise dos escritos autobiográficos de Celso Furtado que incorpora essas referências e as confronta com os trabalhos sobre retórica na economia foi empreendida em (VIEIRA, 2001).

<sup>3</sup> Em outro texto, “dedicado apenas ao pensamento propriamente econômico de Furtado”, (Szmeracsányi, 2001, p. 347) encontra no ensaio de 1952, “Formação de capital e desenvolvimento econômico”, traduzido em 1954 para o inglês na *International Economic Papers* o “surgimento de Celso Furtado como um economista de renome internacional”.

<sup>4</sup> Carlos Mallorquin, autor de uma das interpretações mais densas da obra de Celso Furtado, assim elipsa o período: “sin haber mediado mucho tiempo entre su tesis y retorno a Brasil en 1948, toma vuelo para Santiago de Chile...” (MALLORQUIN, 2010, p. 58); em seu grande estudo sobre a trajetória intelectual de Celso Furtado, ao analisar “os primeiros trabalhos e aproximações de Furtado na cena econômica”, inicia se detendo nas diversas versões do texto de 1952, “Formação de capital e desenvolvimento econômico”, como já o fizera Szmeracsányi. (MALLORQUIN, 2005, pp. 49-52).

grandes consequências (LOVE, 2005, p. 361-362; MENDONÇA, 2010, pp 8-9) para a trajetória de Celso Furtado, não suscitando análises mais detidas sobre os textos desse período. Maurício Coutinho, raciocinando a partir dos textos posteriores de Celso Furtado sobre teoria econômica, sobretudo a partir de 1954, afirma que:

os estudos de doutoramento em Paris, concluídos em 1948, ofereceram-lhe a oportunidade de obter um aprendizado mais sistemático em teoria econômica. De fato, apesar de haver escolhido como objeto de tese um tema histórico, e de tê-lo desenvolvido sob a supervisão de um historiador, Maurice Byé, os estudos doutorais envolveram a realização de uma revisão ampla da teoria econômica (COUTINHO, 2008, p. 141)

Essa hipótese aventada por Coutinho destaca o aprendizado de teoria econômica, o que poderia explicar a ampla revisão sobre a história do pensamento econômico e da teoria econômica que Celso Furtado iniciará com o livro *Economia Brasileira* [1954] e que receberá um tratamento aprofundado em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* [1961]. Por outro lado, a importância da teoria econômica pode ser ainda mais enfatizada se considerarmos que Maurice Byé, nessa época, já se preocupava com teorias do comércio internacional, um tema que tem seus fundamentos na obra de David Ricardo (ALCOUFFE, 2009, p. 44-45).

Apenas num trabalho recente de Afrânio Garcia encontramos uma ponderação sobre o período de Celso Furtado na Fundação Getúlio Vargas e uma hipótese sobre sua partida para a Cepal em 1949. O antropólogo, examinando as narrativas autobiográficas de Celso Furtado, chama a atenção para o período que iremos examinar:

sua entrada no espaço dos economistas brasileiros se deu através do polo cosmopolita e neoclássico, de quem se demarcaria nos anos 50, pois na FGV pontificavam Eugênio Gudín e Otávio Gouveia de Bulhões, grandes herdeiros de famílias tradicionais instaladas na capital e ferrenhos adeptos dos dogmas neoclássicos e partidários da especialização do Brasil em exportações de produtos agrícolas ou minerais, por crença no “teorema das vantagens comparativas (GARCIA, 2011, fl. 8)

Afrânio Garcia deslinda um elemento importante na problemática que pretendemos analisar ao destacar o trabalho de Celso Furtado no espaço da Fundação Getúlio Vargas, entre os economistas cosmopolitas e neoclássicos, cujas concepções sobre a teoria e o ensino de economia no Brasil serão contestadas, nos anos subsequentes, pela Cepal e por Celso Furtado. Nesse sentido, destacamos não apenas o período entre a volta do Brasil e a partida para a Cepal, como enfatizamos a necessidade de compreender esse período em sua relação com os economistas brasileiros ligados à FGV. Por outro lado, dada essa inserção institucional do economista paraibano, caberia perguntar também sobre os motivos que o levaram, alguns meses depois, a abandonar o posto e embarcar para uma comissão da ONU, então em caráter temporário (MORAIS, 1995; DOSMAN, 2011), sem nenhum grande economista que lhe garantisse o mesmo prestígio que a Comissão Econômica para a Europa, sob a

direção do economista sueco Gunnar Myrdal, por exemplo. Refletindo sobre os motivos que levaram Celso Furtado a tomar essa decisão, Afrânio Garcia pondera que:

não demonstra haver sido contrariado em sua passagem pela FGV, nem de estar sendo mal remunerado. Diferentemente da diversidade de motivos adiantados para a segunda viagem à Europa, onde todos têm sua pertinência, a simples desilusão, com o nível dos debates intelectuais no Brasil, não parece ser suficiente para tantos investimentos materiais e emocionais implicados nessa mudança de rumos [...] possivelmente a residência em Santiago, meio caminho entre Buenos Aires e o Rio, tivesse atrativos outros que razões de ordem intelectual ou profissional (GARCIA, 2011, fls. 8-9)

Esses outros atrativos foram o casamento com a argentina Lucia Tosi, e o nascimento do primeiro filho do casal. Entretanto, sem desconsiderar esses fatores de ordem pessoal, talvez seja possível demonstrar que sua estadia no Brasil e os trabalhos que publicou enquanto funcionário da Fundação Getúlio Vargas tenham contribuído para a formação e o estabelecimento de alianças e de confrontos com outros economistas no Brasil, além de ter permitido ao jovem, recém-doutorado em economia, uma visada sobre as transformações pelas quais passava o Estado brasileiro no que se referia à produção de conhecimento e à intervenção na economia, bem como aos grupos que coordenavam e protagonizavam essas tarefas. Assim, a partir das resenhas publicadas por Celso Furtado na *Revista Brasileira de Economia*, pretendemos levantar algumas questões que permitam interpretar as escolhas e adesões intelectuais que formulou, seja como consequência e resultado da consolidação de seus estudos anteriores, seja como posicionamento frente a algumas questões importantes do período. No que segue, portanto, iremos: 1) assinalar o papel que a Fundação Getúlio Vargas ocupava frente à produção de conhecimento econômico e de sua importância como ponto de apoio para a elaboração da política econômica do Estado brasileiro, sobretudo a partir do maior intervencionismo que este passou a protagonizar a partir do final dos anos 30; 2) retomar brevemente as reflexões sobre Teoria Geral da Administração e política econômica escritas por Celso Furtado entre 1946 e 1948, período imediatamente anterior às resenhas publicadas na *Revista Brasileira de Economia* e, finalmente, 3) examinar o conteúdo das resenhas, retomando os aspectos já abordados e procurando destacar em que medida elas podem iluminar o direcionamento de Celso Furtado para o campo econômico e, também, sua decisão de aceitar a proposta de trabalhar na Comissão Econômica sobre a América Latina.

### **1) Intervenção estatal e produção de conhecimento econômico: A Fundação Getúlio Vargas.**

A importância das instituições de intervenção econômica criadas no bojo da crise econômica internacional de 1929 e da Revolução de 1930 é apontada por diversos estudiosos como o campo de

aprendizagem, discussão e explicitação mais imediata da formação do pensamento econômico no Brasil, enfatizando que este se constitui a partir de posições e oposições que são definidas, contrapostas e redefinidas a partir de questões práticas e objetivas (SCALETSKY, 1988; SOLA, 1998; LOUREIRO, 1997; BIELSCHOWISKY, 2000).

A crise mundial do capitalismo inaugurada em 24 de outubro de 1929, com o *crack* da Bolsa de Nova York e cujas repercussões nos Estados Unidos se prolongaram até 1938, atingiu fortemente os países da América Latina, produtores de bens agrícolas e dependentes da demanda dos centros industriais. Dadas as condições impostas pela crise, a queda dos preços das *commodities* e as medidas recessivas de desvalorização cambial e abandono do padrão ouro-libra pelos países industrializados europeus (salvo a França, que o manteve até 1938), a resposta de alguns países latino-americanos, México, Brasil, Chile e Argentina, se deu pela superação do modelo de crescimento econômico baseado na agroexportação, e a construção de um novo padrão de acumulação, agora baseado no crescimento industrial (CANO, 2012; BASTOS, 2012).

Nesse processo de crise econômica do sistema capitalista, cuja repercussão mais importante no Brasil foi evidenciar o esgotamento da dinâmica econômica de crescimento baseado em exportações, emerge como expressão política desse momento de crise, a alteração do poder político representado pela Revolução de 1930.

A Revolução de 30 e, mais especificamente, a ampliação da participação do Executivo em diversos setores da vida social, sobretudo na condução econômica do Brasil após 1937, deu ensejo a um processo de demanda crescente por técnicos, em particular economistas, para auxiliar esse movimento. Ao mesmo tempo, a própria intervenção do Estado na economia foi produzindo as condições para que esse saber técnico se consolidasse (LOUREIRO, 1997). Desse conjunto de necessidades para a superação da crise econômica, surgiram as primeiras experiências de planejamento econômico, com a finalidade de mapear os recursos naturais e humanos disponíveis na economia brasileira, bem como sugerir formas de tratamento desses recursos que possam elevar a eficiência da economia brasileira.

Entre os principais órgãos criados com o objetivo de intervir na realidade econômica, podemos elencar o Conselho Federal de Comércio Exterior [1934], o Conselho Técnico de Economia e Finanças [1937], a Coordenação de Mobilização Econômica [1942], Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial [1944], Comissão de Planejamento Econômico [1944] (MONTEIRO & CUNHA, 1974). A esses órgãos ligados ao executivo, destaca-se, também o Departamento de Administração do Serviço Público [1938], responsável pela elaboração do Plano de Obras e Equipamentos [1943] e o Plano Salte [1949]. Somam-se também as missões firmadas em cooperação com os Estados Unidos, como a Missão Cooke [1942] e a Missão Abbink [1948]. A apreciação

detalhada desses órgãos e comissões está além das possibilidades deste trabalho. Entretanto, é importante salientarmos que representavam interesses díspares, configurando zonas de conflitos entre grupos sociais, os quais muitas vezes eram expressos por meio do discurso econômico. Assim, seja no Estado, seja nas associações de classe, o saber e as técnicas de organização e execução de medidas econômicas emergiam como requisitos fundamentais na persecução de interesses. Num país onde os primeiros cursos de economia estavam sendo implementados, as atividades nesses órgãos executivos se tornaram verdadeiras “escolas práticas”, de forma que o saber econômico surge diretamente envolvido com a prática e a execução da política econômica.

Esse conjunto de preocupações com a questão do Estado não foi capaz de criar um consenso entre os diversos órgãos de execução da política econômica, explicitando, por outro lado, um processo de disputa por projetos político-econômicos. Assim, sob o ponto de vista da compreensão das tensões no debate econômico vivenciadas por Celso Furtado no momento de seu regresso ao Brasil, importa destacar a corrente neoliberal, caracterizada pela “prioridade da livre movimentação das forças de mercado”. Embora seus principais representantes reconheçam a importância da industrialização e a legitimidade das propostas desenvolvimentistas, o cerne de suas proposições residia no esforço em “estabelecer as condições de equilíbrio monetário e financeiro” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 33), constituindo-se no período como “uma ativa participante do debate, seja como formuladora de políticas econômicas criticadas pelos desenvolvimentistas, seja como formuladora de críticas às proposições destes últimos” (idem, p. 37). Entre seus aspectos fundamentais estava a redução da intervenção estatal, a defesa de políticas de equilíbrio monetário e financeiro sem consideração para seus reflexos sobre o emprego e a renda e a recusa de uma política deliberada de apoio e proteção à indústria. (idem, pp. 38-39). Ainda cabe notar que “o principal núcleo de militância intelectual dos economistas neoliberais foi a Fundação Getúlio Vargas. Pouco depois da sua fundação, em 1944, Eugênio Gudín e Otávio Gouvêa de Bulhões lograram formar uma sólida divisão de pesquisas econômicas que, em 1950, ganhou o nome de Instituto Brasileiro de Economia (Ibre)” (idem, p. 37-38).

Criada por ex-funcionários do DASP em 1946, e dirigida por Luis Simões Lopes até 1992, a Fundação Getúlio Vargas tinha como principal objetivo “a formação dos quadros necessários à modernização do Estado” (LOUREIRO, 1997, p. 38). As discussões sobre economia, comandadas por Eugênio Gudín<sup>5</sup>, ganharam fôlego e se desenvolveram a partir de 1947 com a criação da *Revista*

---

<sup>5</sup> Os dados biográficos de Eugênio Gudín, extraídos do *DHBB*, permitem vislumbrar a importância deste engenheiro em diversas comissões governamentais, que incluía até esse momento a Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos do Ministério da Fazenda (1931), Comissão Mista de Reforma Econômica e Financeira (1935), Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, Conselho Nacional de economia (1944). Além disso, fora delegado

*Brasileira de Economia*, de periodicidade trimestral, e a publicação mensal *Conjuntura Econômica*, ambas lançadas neste ano. Esta última, organizada pelo Centro de Análise da Conjuntura Econômica do Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas, sob a direção de Richard Lewinsohn, e tendo como redator chefe Américo Barbosa de Oliveira, dedicou-se ao estudo e elaboração de índices econômicos: Contas Nacionais, Balanço de Pagamentos, índices de produção, preços, dados monetários e bancários. No número inaugural de *Conjuntura Econômica*, Eugênio Gudín ressalta a necessidade, sobretudo após a Guerra, da “observação contínua e vigilante da conjuntura econômica nacional e internacional” (GUDÍN, 1947, p. 1). Cabe notar, também, como o esforço da FGV insere-se num amplo movimento realizado por diversos setores do Estado e de associações privadas brasileiras: “com a cooperação de vários departamentos públicos e de organizações particulares, pode, agora, aquele Centro, depois de árduos trabalhos preparatórios, iniciar a publicação deste Boletim Mensal, destinado a divulgar, sob forma condensada, e a todos acessível, os principais índices de produção, do comércio, das finanças, do movimento bancário, etc., acompanhados de indispensáveis comentários e interpretações” (idem, *ibidem*). Esforço, portanto, sob os auspícios da Fundação Getúlio Vargas, mas que certamente encontra eco nas necessidades de diversos setores produtivos, servindo, também, como um instrumento imprescindível de trabalho nos cursos de economia que estavam sendo criados. Ainda sobre a *Conjuntura Econômica*, é preciso notar que, segundo Ricardo Bielschowsky, a influência de Eugênio Gudín e Otávio Gouveia de Bulhões<sup>6</sup> apenas se consolidou em 1952. Antes disso, a revista “estivera sob a direção de intelectuais da linha desenvolvimentista” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 38), referindo-se sobretudo à Américo Barbosa e ao próprio Lewinsohn.

Assim, a ênfase que atribuímos à Fundação Getúlio Vargas, ao Núcleo de Economia e à revista *Conjuntura Econômica* permite situar o local institucional onde Celso Furtado publicou suas primeiras resenhas no campo da teoria econômica. Por outro lado, o trabalho na Fundação Getúlio Vargas colocou-o em contato com as instituições responsáveis pela implementação e instrumentalização da ciência econômica no Brasil e, também, com as correntes de pensamento

---

brasileiro nas conferências de Bretton Woods e membro integrante da Missão Abbink, junto com Otávio Gouveia de Bulhões. Veja: “Eugênio Gudín” (PAULA, LATTMAN-WELTMAN, 2012).

<sup>6</sup> Otávio Gouvêa de Bulhões, bacharel em direito, de início autodidata no estudo da economia, depois consolidando sua formação com uma especialização em economia na American University, exerceu diversos cargos executivos na área econômica, sendo funcionário de carreira do Ministério da fazenda, tendo também uma importante participação na criação da FNCE. Sua inserção e o cerne de suas preocupações econômicas estiveram dirigidas para as questões monetárias, tendo tido também papel crucial na criação de órgãos e instrumentos reguladores, com destaque para a SUMOC. Pensando na relação entre Eugênio Gudín e Otávio Gouvêa de Bulhões, Fausto Saretta destaca que “o que unia esses economistas, e dava maior substrato ao pensamento e à atuação deles, foi a ênfase nas questões monetárias, vale dizer, na estabilidade da economia”. (SARETTA, 2007, p. 323)

econômico brasileiro em processo de consolidação e diferenciação, para as quais os locais de produção, difusão e reprodução do conhecimento econômico adquirem papel relevante.

Entretanto, para compreender o significado dessas resenhas no processo de formação intelectual de Celso Furtado, é preciso retomar, ainda que brevemente, a trajetória de Celso Furtado e seus escritos até este momento.

## **2) Celso Furtado: a teoria da administração, as ciências sociais e a política econômica no pós-guerra.**

Celso Furtado, ainda estudante na Faculdade Nacional de Direito, foi aprovado em concurso público na função de assistente de organização no DASP em 1943 e no ano seguinte se torna técnico de administração (FURTADO, 1997). O aprendizado técnico ampliado pelo interesse em ciências sociais pode ser notado nos quatro artigos que publicou na *Revista do Serviço Público* entre 1944 e 1946 (FURTADO, 1944a, 1944b, 1946a, 1946b). Esse período foi interrompido pelo engajamento no Corpo de Preparação de Oficiais da Reserva ainda em 1944 e o recrutamento e embarque para a Itália em janeiro de 1945 na Força Expedicionária Brasileira. Permanece no Brasil de agosto de 1945 a janeiro de 1946 quando embarca novamente para Europa, desta vez para a França, onde se matricula no doutorado em economia na Faculdade de Direito e Ciências econômicas da Universidade de Paris. Durante o período em que permanece na capital francesa, Celso Furtado colaborou nas revistas *Observador econômico e financeiro*, *Panfleto* e *Revista da Semana* com artigos sobre a vida cultural da juventude europeia, bem como análises de política econômica, as quais iremos dedicar atenção adiante. Celso Furtado defende sua tese de doutorado em 1 de julho de 1948 e retorna ao Brasil no mês seguinte, retomando seu cargo no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Em seguida, Celso Furtado se liga à redação da revista mensal *Conjuntura Econômica*, e é nesse período que publica as duas resenhas que iremos examinar. Para melhor compreendê-las, é necessário contrastá-las com seus textos anteriores, para melhor captar a especificidade desses dois trabalhos.

O tema geral dos artigos da *Revista do Serviço Público* refere-se à reforma administrativa brasileira iniciada em 1935 com a Comissão Mista da Reforma Econômico-Financeira e a lei do Reajustamento de 1937 e que culminou com a criação do DASP, previsto na Carta de 37 e implantado no ano seguinte (WAHRLICH, 1985). Artigos de caráter técnico, centrados basicamente em conceitos da Teoria da Administração e suas possibilidades de adaptação ao contexto brasileiro, apenas o último deles, “Teoria do Departamento Geral de Administração”, procura contextualizar, a nível internacional, as transformações políticas que deram origem à organização racional e técnica do

Estado para, em seguida, refletir sobre a experiência brasileira em administração. Quanto ao surgimento dessa ciência, temos que:

foi no momento em que o Estado — debatendo-se entre suas novas e complexas funções e uma velha instrumentalidade — lançou mão desse corpo de conhecimentos elaborado pelos pesquisadores das indústrias privadas, que teve início a reforma da administração pública.

A revolução política impusera aos governos a necessidade de uma atitude dinâmica, de um programa sistemático de ação. A reforma da administração pública teria início, conseqüentemente, não na análise do trabalho e do grupamento das tarefas, como ocorreu na indústria privada, mas na transformação das cúpulas, na remodelação dos aparelhamentos diretores. Ocorria, assim, no campo governamental, uma inoculação de ideias, uma aceitação de técnicas elaboradas fora — um processo endógeno de renovação (FURTADO, 1946b, p. 26)

Aqui, as relações entre a Teoria da Administração e a política aparecem ao relacionar o surgimento do Estado burocrático ao influxo dos processos racionais de organização e produção das empresas privadas, e sua manifestação particular no âmbito governamental na organização das cúpulas e dos aparelhos diretores. É precisamente nesse sentido que Celso Furtado analisa a reforma administrativa no Brasil:

após os primeiros dez anos de experiência, podemos hoje dizer que as soluções apresentadas para os problemas técnicos foram as mais acertadas, se se tem em vista o clima igualmente revolucionário e construtivo em que se desenvolvia a reforma administrativa no Brasil (Idem, p. 32)

No que concerne ao nosso trabalho, cumpre ressaltar o caráter ao mesmo tempo de testemunha e de agente, ainda que em posição subordinada, nas transformações do Estado brasileiro que indicamos anteriormente. Note-se que o elogio aos “primeiros dez anos de experiência” da reforma administrativa brasileira não se aproxima da panaceia ou da apologia. Ao contrário, o relevo dado às transformações na estrutura política e à origem empresarial da reforma administrativa indica a compreensão do caráter ideológico e conservador desta.

Essa preocupação com o Estado e as origens sociais e econômicas de suas transformações foi objeto também de outro estudo, “Trajetória da democracia na América”, publicado em 1947, como artigo vencedor de um concurso promovido pelo Instituto Brasil – Estados Unidos (IBEU) sobre a cultura norte-americana. Prosseguindo na mesma problemática, porém abordando o problema do Estado racional e burocrático em contraposição às origens locais do sistema político norteamericano, temos que, “os problemas sociais acarretados pela centralização industrial tendem a exigir da ação governamental medidas igualmente centralizadas. E à semelhança da indústria, o governo vai se tornando igualmente ‘eficiente’ e ‘centralizado’”. (FURTADO, 1947, p. 18)<sup>7</sup> Compromete-se assim a tradição do governo local norte-americano, pois, “à proporção que o governo passa a ser

---

<sup>7</sup> Uma análise desse artigo, diferente da nossa, pode ser encontrada em: (GUIMARÃES, 1999)

estritamente uma organização de prestação de serviços, o cidadão se desinteressa pelos problemas políticos” (Idem, p. 19).

Indo às últimas consequências, Celso Furtado irá desvendar o aspecto autoritário do moderno Estado burocrático:

o resultado prático dessa profunda reforma no sistema de governo local americano é uma eficiência só comparável às administrações dos burgomestres alemães. E mais: um desvio completo do eixo da política. O velho princípio de controle popular tão democrático quanto ineficiente, é substituído pelo ‘controle hierárquico ou militar’. A administração se transforma num organismo integrado e constituído à semelhança das empresas industriais (Idem, ibidem)

Importa, aqui, mais uma vez, destacar as reflexões de Celso Furtado sobre o Estado, aqui em seu aspecto mais geral, mas também em relação às forças sociais e econômicas que contribuem para a manifestação específica da política, com tendências cada vez mais antidemocráticas. Entretanto, o que pretendemos ressaltar nessa recapitulação é que, embora as forças sociais e econômicas tenham um papel importante nas transformações do Estado moderno, *a economia ainda não apareceu como uma esfera autônoma nas preocupações e nas explicações de Celso Furtado, manifestando-se apenas como elemento capaz de gerar tensões e demandar respostas do Estado.*

A economia irá surgir como um objeto específico, nas análises da política econômica adotadas pela Inglaterra e a França, objeto de dois artigos de Celso Furtado publicados no *Observador econômico e financeiro* no ano de 1948 (FURTADO, 1948a, 1948b). O objetivo específico do artigo é analisar o empréstimo norte-americano firmado em 1945, com prazo de cinco anos e que representou, na análise de Furtado, a imposição da supremacia estadunidense ao comércio e às finanças inglesas. O empréstimo foi consumido pelo governo em dois anos e agravou a situação da economia inglesa, pois entre suas cláusulas estava a exigência de conversibilidade da libra em dólares ou ouro. A opção que se abria ao governo britânico em 1947 se apresentava como:

uma brusca diminuição do nível de vida indubitavelmente reforçaria a posição da indústria inglesa no comércio internacional. Uma forma de conseguir isso seria a desvalorização da libra. O sacrifício caberia, entretanto, todo à classe trabalhadora. Nenhum fator será mais significativo para elevação do nível de produtividade da indústria inglesa do que a cooperação decisiva da classe trabalhadora. Neste sentido, todas as medidas propostas pelos economistas acadêmicos — desemprego, rebaixamento do nível de vida — terão um efeito extremamente negativo (FURTADO, 1948a, p. 57)

Interpretando as considerações de Celso Furtado de um ponto de vista retrospectivo, percebe-se o posicionamento antirecessivo na orientação da política econômica. O mecanismo cambial: desvalorização da libra, inflação interna e reajustamento das exportações é rechaçado pelo seu impacto na “classe trabalhadora”. Nesse sentido, opõe à solução monetarista proposta “pelos economistas acadêmicos” o impacto que poderia causar nos trabalhadores, justamente a classe cuja cooperação seria “decisiva” para a elevação do nível de produtividade.

Interpretação semelhante é lançada por Furtado ao examinar os problemas econômicos do pós-Guerra na França. Neste país, o problema da reconstrução se colocava pela possibilidade de formação de capital para estimular as atividades. Dado o nível de renda nacional estimada em 360 bilhões de francos em 1947, a margem de investimentos só poderia ser aumentada com redução do consumo. Importante nesse sentido é a análise do Plano Meyer, iniciado em dezembro de 1947. Este plano diagnosticou que o problema inflacionário era derivado da demanda e efetuou uma política recessiva. Novamente Celso Furtado alerta para os problemas que a redução do consumo traz para a classe trabalhadora.

Temos assim, nesses dois artigos de análise da conjuntura e da política econômica dos dois principais países, uma rejeição das políticas ortodoxas de redução do consumo das massas ou de desvalorização cambial como forma de ampliar as exportações. Não é preciso dizer, por outro lado, que problemas cambiais, inflacionários e financeiros também eram enfrentados pelo Governo Dutra, sobretudo após o período de livre conversão de moedas que gerou uma crise cambial que teve como resultado o estabelecimento de controle sobre as importações, bem como medidas recessivas para conter o aumento no nível de preços.<sup>8</sup> O que importa destacar, nessa breve retomada dos artigos de Celso Furtado no período em que esteve na França é justamente mostrar o interesse e a crescente autonomização da economia enquanto um elemento explicativo dos problemas específicos das sociedades contemporâneas. Assim, vimos como o interesse inicial de Celso Furtado esteve voltado para a organização e a administração. Esta, logo foi compreendida no âmbito da alteração das forças sociais: aumento da escala e do poder econômico das grandes empresas, reaparelhamento e burocratização do Estado para gerenciar conflitos e ampliar sua escala de atuação. Finalmente, os últimos artigos que repassamos dedicam-se exclusivamente à análise de política econômica, em sua relação com os diversos setores da sociedade, mas priorizando as consequências das decisões econômicas para os trabalhadores.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> “A Inflação, decorrente do período de Guerra, porém agravada após 1945 com volta da conversibilidade do cruzeiro ao anterior ao conflito mundial, foi contida através de forte política contracionista a partir de final de 1947, impactando negativamente no nível de produção industrial e no emprego” (VIANNA, 2000, p. 119).

<sup>9</sup> Nesse conjunto de preocupações, apenas limites espaciais nos impedem de fazer uma discussão aprofundada da tese de doutorado de Celso Furtado, *Economia colonial brasileira nos séculos XVI e XVII*, defendida em 1 de julho de 1948 na Faculdade de Direito da Universidade de Paris. Ressaltem-se, apenas, seus temas gerais: a preocupação em compreender o processo de formação do Estado português como resultado de uma revolução burguesa, que deu ensejo às Grandes Navegações e, em seguida ao povoamento e colonização do Brasil no âmbito de uma empresa comercial baseada na grande propriedade monocultora escravista destinada a produzir artigos de grande valor no comércio internacional. Nesse sentido, cumpre destacar as consequências do regime de propriedade e de trabalho para a formação da futura nação brasileira, devido aos problemas estruturais que legou, tais como diversas regiões de subsistência desintegradas, atraso técnico e a criação de fortes interesses regionais localizados que impediram a consolidação da nação no Brasil. Do ponto de vista teórico, cumpre ressaltar a presença dos trabalhos de François Perroux sobre as assimetrias de poder no comércio internacional e a análise da *plantation* escravista empreendida por Caio Prado Júnior. Sobre a tese de doutorado de Celso Furtado, consulte-se: (GUIMARÃES, 1999; SZMRECSÁNYI, 1999; SILVA, 2011)

Assim, o retorno ao Brasil, em finais de 1948 com um título de doutor em economia pela Universidade de Paris, indo trabalhar na revista *Conjuntura Econômica*, ligada ao Departamento de Economia da Fundação Getúlio Vargas, marca para Celso Furtado o início de uma inserção focalizada na área econômica. É preciso recordar, por outro lado, que o doutorado em Ciências Econômicas na Universidade de Paris obtido por Celso Furtado foi um importante fator de distinção entre os economistas de então, grande parte deles autodidatas (GARCIA, 2011; LOUREIRO, 2004-2005). Assim, adquire um *status* diferente daquele do “técnico em administração” do DASP, como assinara seus primeiros artigos. Isso nos permite captar como a forma de inserção de Celso Furtado, através de vínculos institucionais e canais de difusão de sua produção intelectual agora direcionada com exclusividade para a economia marca um movimento tenso de inserção nos quadros intelectuais do período. Assim, a publicação de seus primeiros textos após o retorno ao Brasil na *Revista Brasileira de Economia* nos indica o direcionamento à discussão da teoria econômica, aproveitando os resultados de seus estudos e suas preocupações anteriores.

### **3) Celso Furtado e a teoria econômica. As resenhas na *Revista Brasileira de Economia***

A primeira publicação de Celso Furtado na *Revista Brasileira de Economia*, uma resenha de quatro páginas do livro *Le mécanisme des prix*, de Jean Marchal, em sua segunda edição, publicada no mesmo ano. A escolha do livro pode ser atribuída à discussões que Celso Furtado realizara em Paris, pois Jean Marchal ministrou dois cursos no *Institute des Sciences Politiques* nos anos 1947 e 1948: *Économie Financière e Problèmes Économiques Contemporaines*<sup>10</sup> no período em que Celso Furtado esteve matriculado como *auditeur* no *Institute*.

Entretanto, para além desse aspecto de retomada e aproveitamento dos estudos franceses, é preciso considerar a peculiaridade do tipo de publicação selecionada por Celso Furtado: um livro sobre *teoria monetária*. Diferentemente das análises de conjuntura europeia feitas até então e distante da história econômica colonial brasileira examinada na tese de doutorado, o autor concentra-se na teoria econômica, e, dentro desta, na economia monetária, aspecto que esteve presente, porém não de forma explícita e sob o ponto de vista teórico, nas discussões sobre política econômica francesa e inglesa.

A mudança de perspectiva, embora já aponte para sua identidade no campo da economia, não o distancia, como poderia aparecer a primeira vista, dos problemas mais específicos brasileiros;

---

<sup>10</sup> Lista dos cursos ministrados na Science Po entre 1946-1948, enviada por solicitação do autor e sem referências bibliográficas.

estes, afinal, seriam elementos que auxiliam na avaliação do livro, explicando algumas ênfases e análises presentes no comentário crítico.

O primeiro ponto que surpreende o autor neste “trabalho com objetivos didáticos” é a abordagem dos sistemas de preço colocando a moeda “como um elemento neutro”. A surpresa deriva precisamente da origem francesa do trabalho, “onde, desde a famosa polêmica do século XVI de Jean Bodin e M. de Malestroit, as teorias econômicas tenham ocupado o primeiro plano dos estudos econômicos” (FURTADO, 1948c, p. 174).<sup>11</sup> A escolha do livro de Jean Marchal permite a introdução da discussão da moeda como um elemento importante da teoria econômica. Dessa forma, Celso Furtado ressalta a necessidade do estudo dos preços e, portanto, da moeda, levando em consideração a “análise das estruturas de mercado” (FURTADO, 1948c, p. 174).

Seguindo a arquitetura do livro, cuja primeira parte trata da teoria estática e dinâmica dos preços, chama a atenção de Celso Furtado a “magnífica exposição introdutória em que são analisados os fundamentos dessas teorias: *as condições de concorrência perfeita e os períodos da análise*” (FURTADO, 1948c, p. 175). O livro, como exigido pelo resenhista, efetivamente agrupa à análise do mecanismo de preço as estruturas econômicas. Em consonância com a definição de Marchal da concorrência perfeita pela “fluidez” e “atomicidade” da oferta e da procura, Celso Furtado resgata os aspectos mais críticos ao liberalismo econômico, sobretudo o momento em que “o autor insiste no fato de que a ausência de regulamentação governamental não significa necessariamente concorrência, como pretendiam os clássicos. Nem o fato de que os produtores renunciem a se associar implica concorrência” (idem, *ibidem*). Assim, nota-se a ênfase na arbitrariedade da identificação Mercado/ Livre Concorrência. Dessa forma, a livre concorrência dependeria de arranjos institucionais que passam conjuntamente pela iniciativa privada e pelo Estado, inexistindo automatismos econômicos ou controles estatais *a priori*. Essa ênfase se amplia no momento em que Celso Furtado dá voz ao autor: “contrariamente à opinião dos autores clássicos, acrescenta Jean Marchal, a concorrência perfeita de nenhuma maneira é um regime natural ou espontâneo. É, no pleno sentido da palavra, um regime construído” (idem, *ibidem*). Ou seja, o movimento da resenha é justamente destacar um elemento presente nas preocupações de Celso Furtado, a relação entre Estado e mercado, elemento que parece não ter sido o foco principal de Jean Marchal uma vez que Celso Furtado reprova no economista francês que a importância do Estado nesse processo de estímulo à concorrência não tenha sido desenvolvida no livro resenhado: “não obstante uma interessante observação, que aparece na introdução, alusiva à importância da ação do Estado que, em certos

---

<sup>11</sup> A observação guarda uma crítica à Jean Marchal, cuja tese de doutorado, defendida em 1931 em Nancy, *La conception de l'économie nationale et des rapports internationaux chez les mercantilistes français et chez leurs contemporains*, demonstra precisamente sua proximidade com a tradição monetarista francesa (LECAILLON, 1997).

casos, prepara a concorrência e em outros elimina-a, o autor ignora em todo o desenvolvimento de sua construção teórica esse importante fator” (idem, *ibidem*).

Por sua vez, a segunda parte da obra, voltada aos problemas da teoria dos preços em relação à estrutura da economia, dedica-se ao “estudo dos mercados ditos de concorrência imperfeita”. Nesse ponto, Celso Furtado não adentra na análise de Marchal, mas apenas informa que as combinações de não atomicidade e não fluidez dos mercados permitiram-no elaborar um quadro com dezesseis tipos de mercado. Feito isso, o resenhista retoma as considerações sobre a “formação, no início do século XIX, do mito da concorrência e à crença de que esta era um *regime natural*. Demonstra-nos, finalmente, como a própria evolução tecnológica e também o desenvolvimento dos princípios mesmos do liberalismo político limitaram mais e mais a concorrência no campo econômico”. Assim, Celso Furtado novamente enfatiza o caráter construído, não espontâneo do regime de concorrência perfeita. Ora, é apenas nesse regime que é possível considerar a moeda como um elemento neutro, abordagem que Celso Furtado já rechaçou no início da resenha. Entretanto, ao retomar esse argumento esboçado no livro de Marchal, a estratégia do resenhista avança para a crítica não só da estrutura argumentativa do livro, mas para a própria contradição da teoria econômica:

As observações finais do livro de Jean Marchal fazem-nos pensar em que há talvez um certo exagero em levar tão longe o emprego do método dedutivo numa ciência que trabalha com fatos essencialmente mutáveis, como são os econômicos. A simples necessidade de partir de um postulado que não encontra correspondência na realidade, tal o da concorrência perfeita, torna necessária a formulação de todos os problemas em um nível de abstração extremamente elevado. Por outro lado, toda aproximação da realidade se traduz por uma ‘imperfeição’, ou deformação da teoria. Até que ponto essa espécie de teoria econômica é um simples ‘instrumento pedagógico’ como pretende Pietro Sraffa, ou chega a ser um instrumento de utilidade prática, como afirma J. Robinson, não seria fácil dizê-lo (idem, *ibidem*).

Celso Furtado remete às contradições entre o método dedutivo e abstrato — a partir do qual se elaboram as teorias econômicas — e as aproximações da realidade, a qual irá aparecer ao economista teórico como uma “‘imperfeição’ ou deformação da teoria”. Destaque-se, ainda, as referências à Piero Sraffa, Joan Robinson e John Hicks, autores que não se furtaram a abordar essas questões, mas com os quais Celso Furtado aparenta não se contentar com as soluções oferecidas, ao encararem a teoria econômica como “instrumento pedagógico” ou instrumento de utilidade prática.

A resenha se encerra apontando a esterilidade que pode resultar do tipo de teoria econômica criticada: “uma economia essencialmente dedutiva, tornar-se-ia muito cedo uma ciência estéril. O perigo principal do método exposto por Jean Marchal é que leva muita gente a confundir certas construções abstratas com a realidade”(idem, pp. 176-177). Depreende-se dessa primeira resenha a preocupação em discutir, a partir de questões ensejadas pela teoria dos preços, os pressupostos da teoria econômica no âmbito da concorrência imperfeita e a contradição da teoria econômica entre o

método dedutivo e a realidade que procura explicar. Destaquem-se também as implicações no âmbito da economia brasileira da discussão sobre a neutralidade da moeda.

Cabe notar, também, em comparação com os textos sobre política econômica francesa e inglesa (ambas enfrentando e se debatendo com soluções *monetárias* para resolver a situação do pós-guerra), que Furtado avançou sua análise — talvez tendo já refletido e testemunhado o fracasso das políticas econômicas recessivas — para o exame dos pressupostos teóricos que dariam embasamento às opções adotadas pelos países examinados nos artigos de *O observador econômico e financeiro*.

Dessa forma, seria possível apreciar esses primeiros passos de Celso Furtado na Fundação Getúlio Vargas enfatizando sua tomada de posição não apenas frente aos temas de teoria econômica, mas também estabelecendo e selando aproximações intelectuais ao redor de pessoas dentro da Fundação e nas revistas onde trabalhava e publicava. Empenho, este, todavia, que não deixava de ligar-se aos seus desenvolvimentos intelectuais. Sob esse prisma podemos apreciar a resenha de *Trustes y Carteles, sus origenes y influencia en la economia mundial*, de Richard Lewinsohn, publicado na Argentina em 1948.

Diretor da revista *Conjuntura Econômica*, onde Celso Furtado trabalhava, Lewinsohn antes fora contratado pelo DASP e participara da elaboração do Plano Salte em 1947, “em sua parte financeira” (FURTADO, 1997a, p.137). Escrevia seus artigos em francês e quem os traduzia era o próprio economista paraibano recém-chegado da França. Dessa forma, é possível afirmar que na escolha do livro a ser resenhado, para além da familiaridade com o tema, tenha pesado a possibilidade de diálogo e a diminuição da distância hierárquica pela proximidade intelectual: “um dia, ele viu na *Revista Brasileira de Economia* uma resenha minha à recém-publicada edição brasileira de seu *Trustes e cartéis*, e passou a dar mais atenção a mim” (idem, *ibidem*).

O livro traz uma afinidade temática com um aspecto sublinhado na resenha de Jean Marchal: a concorrência imperfeita; e também retoma os processos de coordenação econômica que atingem tanto as organizações privadas como o Estado, tal como foram esboçadas nos artigos anteriores: “Teoria Geral da Administração” e “Trajetória da Democracia na América”.

Note-se que esta resenha se inicia retomando a problemática abordada ao final da anterior: a dificuldade do pensamento econômico liberal, com seus postulados abstratos, em compreender as modificações sociais e econômicas senão como desvios da teoria abstrata. Concentrando-se nas diversas evidências de “ententes e coalizões para eliminar a concorrência” surgidas desde o século XIX, Celso Furtado destaca a lentidão dos economistas em incorporarem essas transformações na teoria econômica. Apenas “em face, finalmente, da realidade insofismável de um mercado estratificado e rígido, os economistas liberais — e seus seguidores atuais da escola austro-inglesa

marginalista — passaram a encarar o fenômeno como manifestações de ‘concorrência imperfeita’, ou seja, desvios em torno de um eixo ideal de equilíbrio instável” (FURTADO, 1949, p. 104). Assim, a crítica ao irrealismo que vimos na resenha anterior é amplificada aos fundamentos da economia neoclássica, nominalmente na obra de Carl Menger: “a metodologia abstrata de Carlos Menger não comportava a aproximação ao vivo da realidade, que impunha o estudo dos fenômenos ‘trusts’ e cartéis” (idem, *ibidem*). Essa relutância dos economistas, associados à “escola austro-inglesa marginalista” e ao nome de Carl Menger, permite expor a contradição entre o método dedutivo e a realidade “impura”, agora assimilada a uma corrente específica da teoria econômica. Essa corrente, portanto, não se colocava o problema — ou o superava pela predominância da dedução — da confrontação da teoria com a realidade. Nesse sentido, o contraste serve de introito à importância do livro resenhado, derivada justamente da pesquisa histórica e empírica: “Richard Lewinsohn é um desses economistas que acreditam no valor da pesquisa histórica e do contato com a realidade presente. Seu livro [...] é, a um tempo, obra de análise histórica e econômica” (idem, *ibidem*). O autor retoma a formação dos *trusts* e dos conglomerados inserindo-os na história do capitalismo e em relação com os “fenômenos de concentração do poder econômico”, assim como “a influência desses fenômenos de concentração na economia mundial” (idem, *ibidem*). Nesse sentido, as propostas de Lewinsohn se coadunam com as análises de Celso Furtado no ensaio “Trajetória da Democracia na América”, quando ressaltou o crescente poder econômico das corporações e a crescente capacidade do poder econômico influenciar o poder político. A origem dos *trustes* e cartéis é encontrada na “separação entre o controle econômico e a propriedade” (idem, *ibidem*). Essa separação marca o momento em que o “poder econômico já não seria apenas independente do trabalho, mas igualmente da propriedade. Para captar esse processo, Lewinsohn estudou a constituição histórica destes conglomerados, captando suas diferenças continentais e nacionais, as interferências nos mecanismos de preço e no mercado de trabalho, bem como a legislação para coibir essas práticas.

Entretanto, a despeito do reconhecimento da reconstituição desse processo, Celso Furtado não se exime de criticar alguns pontos resultantes da própria escolha de Lewinsohn por uma análise histórica e empírica, pois “prende-se mesmo, talvez demasiadamente, aos fatos de comprovação irrefutável”. Aqui, portanto, o outro aspecto da tensão entre dedução e observação histórica é agora enfatizado, na medida em que a pletora de dados e a excessiva confiança nestes ocasionam problemas do ponto de vista teórico, que Celso Furtado destaca ao criticar o próprio conceito de *trustes* e cartéis utilizados por Lewinsohn, pois este “limita o campo de suas observações partindo de definições restritivas dos conceitos de ‘trust’ e cartel” (idem, p. 105). Por outro lado, a crítica aos limites estritos de observação é retomada através do trabalho de Robert A. Brady, *Business as a system of power* de 1943, apontando o espraiamento dos comandos econômicos para além dos

conselhos das empresas, mas também para “associações de cúpula”, ponto que Celso Furtado aprofunda através da citação do trabalho de David Lynch, *The concentration of economic power* de 1946. A conclusão a que chega, a partir dessa discussão é que “o problema do poder econômico já não pode hoje ser formulado independentemente do do poder político” (idem, p. 106). Nesse sentido, a crescente interdependência entre ambos se deve à centralidade da tecnologia, de forma que “o denominador comum dos fenômenos econômicos e políticos é o desenvolvimento tecnológico, de onde deriva o imperativo da concentração. As saídas apontadas para esse processo retomam a conclusão já apresentada em *Trajetória da democracia na América*”, emergindo a necessidade de um planejamento capaz de coordenar o desenvolvimento tecnológico e a concentração econômica com um Estado capaz de distribuir os benefícios dos crescentes aumentos de produtividade e preservar a participação política. Daí que “a aproximação desses fatos levou alguns autores modernos, particularmente ingleses, a apresentarem a necessidade de uma planificação democrática da ordem econômica como única forma de fazer sobreviverem as instituições políticas democráticas” (idem, *ibidem*).

Dessa forma, a resenha aponta para uma estrutura que reforça a crítica ao liberalismo econômico e o reconhecimento do necessário papel do Estado na economia, bem como propõe novos e recentes desdobramentos aos problemas da concentração econômica tratados no livro, que o seu “caráter pré-guerra” não captou. A afinidade com o autor (e seu diretor na *Conjuntura Econômica*) é reiterada pelo exame e discussão aprofundada dos temas, mostrando a *atualização* do economista recém-chegado da França.

Sob um certo sentido, a ênfase dessa resenha nas consequências do processo de concentração econômica reforça a impossibilidade de sustentação de uma teoria econômica baseada exclusivamente no liberalismo econômico e na livre concorrência. Mais ainda, podemos considerar o reconhecimento da centralidade da tecnologia no mundo moderno e a simbiose entre poder econômico e político como a compreensão, em seu aspecto teórico, das decisões estatais tomadas sob a pressão de forças econômicas. Dessa forma, se retomarmos o conjunto de textos que acabamos de analisar talvez não seja difícil identificar que a discussão sobre a neutralidade da moeda, a qual serviu como a justificativa mais abstrata para as políticas recessivas adotadas pela França e Inglaterra nos pós-guerra, ao mesmo tempo em que as discussões sobre a concentração do poder econômico incidem sobre a impossibilidade daquelas nações de contemplar os interesses das classes trabalhadoras, fazendo valer os pactos de democracia política e econômica. Nesse sentido, as duas resenhas marcam a consolidação e o aprofundamento dos estudos de Celso Furtado. Emerge desses dois trabalhos a imbricação das pressões econômica na atuação estatal, implodindo a cientificidade

da teoria econômica. Isso decorre da identificação da contradição entre o método dedutivo e sua insuficiência ao ser confrontado pela realidade que procura explicar.

Finalmente, o que pretendíamos ressaltar nessas resenhas foi o direcionamento de Celso Furtado para a teoria econômica. Entretanto, não qualquer teoria econômica, mas sim um corpo de proposições conflitantes com o caráter liberal da Fundação Getúlio Vargas. Nesse sentido, a afinidade intelectual, que não exime a crítica franca, com Richard Lewinsohn foi reforçada ao custo da exposição de divergências com as propostas defendidas por Eugênio Gudín e, em menor medida, por Octávio Gouveia de Bulhões.

Claro está que não podemos aferir a qual ponto as resenhas de Furtado podem ter causado espécie no corpo editorial da *Revista Brasileira de Economia*. Entretanto, mais do que medir seus efeitos na cúpula econômica da Fundação Getúlio Vargas, a experiência no Centro de Análise da Conjuntura Econômica e na redação da *Conjuntura Econômica* permitiu a Celso Furtado mapear as linhas de força que comandavam e direcionavam a produção do conhecimento econômico e a discussão sobre a economia brasileira. A experiência na FGV pode ter mostrado os *limites* da posição de Celso Furtado, sem possibilidades de ascender intelectual e profissionalmente, ainda que dotado do título de doutor em ciências econômicas na principal instituição de formulação e elaboração de conhecimento econômico sobre o Brasil no período.

Dentro desse conjunto de perspectivas, a possibilidade de trabalhar numa comissão da Organização das Nações Unidas sobre a América Latina pode ter aparecido como algo promissor, despertando em Celso Furtado seu “amor da aventura”. A notícia, nos relataria em *A Fantasia organizada*, “foi o suficiente para que o ambiente brasileiro, com sua compartimentação de ideias, me parecesse asfixiante”. Tomado pelo entusiasmo, chegou ao ponto de ignorar a “visão negativa” Richard Lewinsohn, bem como os prognósticos de ascensão que Otávio Gouveia de Bulhões lhe observou (FURTADO, 1997a, pp. 139-142). De todo modo, o período em que permaneceu no Brasil permitiu a Furtado conhecer o *modus operandi* da Fundação Getúlio Vargas e lhe deu o treinamento no levantamento, coleta e preparação de dados que seriam extremamente relevantes da Cepal.

Finalmente, não cabe a inferência, só permitida pelo anacronismo, do sucesso da decisão de Celso Furtado de juntar-se à Cepal. Devemos concluir sua estada no Brasil e o presente trabalho com a imagem do jovem jogando suas fichas no desconhecido, abraçando o “amor de aventura”, desejando “escapar ao cerco e ganhar um horizonte aberto”, vocabulário do ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira que, depois de ter presenciado o “laboratório social” da Europa do Plano Marshall durante sua estadia na França entre 1946 e 1948, foi assolado pelo “desejo de conhecer um pouco a América Latina”.

## Bibliografia

- ALCOUFFE, Alain. “Furtado, o Brasil e os economistas franceses: influências cruzadas”. In: COELHO, Francisco Silva & GRANZIERA, Rui Guilherme (orgs). *Celso Furtado e a Formação econômica do Brasil* (Edição comemorativa dos 50 anos de publicação (1959-2009). Prefácio Fernando Henrique Cardoso. São Paulo, Editora Atlas, 2009.
- BASTOS, P. P. Z. “Ortodoxia e heterodoxia econômica antes e durante a era Vargas”. In: BASTOS & FONSECA (orgs). *A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.
- BIELSCHOWISKY, R. *Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. “A Ilusão Biográfica” [1986]. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, p. 183-191.
- CANO, Wilson. “Crise de 29, soberania na política econômica e industrialização”. In: BASTOS & FONSECA (orgs). *A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.
- COUTINHO, Maurício C. “A teoria econômica de Celso Furtado: *formação econômica do Brasil*.” In: LIMA, Marcos Costa. & DAVID, Maurício Dias (orgs). *A atualidade do Pensamento de Celso Furtado*. Goiás: Verbena Editora, 2008.
- DOSMAN, Edgar J. *Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- DOSSE, François. *O desafio biográfico*: São Paulo: Edusp, 2010.
- DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses. Um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra Fonseca. *Vargas: o capitalismo em construção, 1906-1954*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.
- FURTADO, Celso. A estrutura da Comissão do Serviço Civil dos Estados Unidos. In: *Revista do Serviço Público*, Brasil, ano VII, v. I, n. 2, fevereiro de 1944a, pp. 66-69.
- . Notas sobre a administração de pessoal no Governo Federal Americano. In: *Revista do Serviço Público*, Brasil, ano VII, v. III, n. 1, julho de 1944b, pp. 49-53.
- . Teoria da estrutura em organização. In: *Revista do Serviço Público*, Brasil, ano IX, v. I, n. 2. Brasil, fevereiro de 1946a, pp.17-26;
- . Teoria do Departamento de Administração Geral. *Revista do Serviço Público*. Ano, IX, Vol. II, nº 2. Brasil, maio de 1946b.
- . Trajetória da democracia na América. *Revista do Instituto Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro, vol. V, Nº 11, 1947.
- . A crise econômica inglesa. In: *Observador econômico e financeiro*. Ano XII, n.º 144, janeiro de 1948a;
- . França: evolução da política financeira. *Observador econômico e financeiro*. Ano XIII, n.º 152, setembro de 1948b.
- . Resenha de Jean Marchal, *Les mecanismes de prix*. Librairie de Médicis, 1948. *Revista Brasileira de Economia*, v. 2; n. 4, 1948c
- . Resenha de: Richard Lewinsohn, *Trustes y carteles, sus orígenes y influencia en la economía mundial*. Editorial Claridad: Buenos Aires, 1948. *Revista Brasileira de Economia*, v. 3; n. 1, 1949, pp. 103-106.
- . *Obra autobiográfica*. Três Tomos. Organização de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo, Paz e Terra, 1997.
- GARCIA, Afrânio. Entre fardas, fantasias e figurinos matemáticos para simbolizar condutas humanas: a “obra autobiográfica de Celso Furtado”. Trabalho apresentado no Simpósio *El recuerdo letrado: escritura memorialística de artistas e intelectuales latinoamericanos del siglo XX*. Buenos Aires, 23-35 de noviembre de 2011. [Texto provisório].
- GUDIN, Eugênio. Apresentação. *Conjuntura Econômica*. Ano 1. Número 1, Novembro de 1947.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo: “Itinerário de Celso Furtado até *Formação econômica do Brasil*”. In: ARAÚJO, Tarcisio Patricio de; WERNECK VIANNA, Salvador Teixeira; MACAMBIRA, Júnior. (orgs) 50

- anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Ipea, 2009, pp. 247-270.
- GUIMARÃES, M. E. *Celso Furtado: A utopia da Razão*. Um estudo sobre o conceito de subdesenvolvimento (1945-1964). (Tese de Doutorado). Departamento de Sociologia da FFLCH-USP, 1999.
- LECAILLON, Jacques. Regards sur l'oeuvre de Jean Marchal. *Revue économique*. Volume 48, nº4, 1997. pp. 781-804.
- LOUREIRO, M. R. *Economistas no Governo*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- . Circulation internationale des économistes brésiliens. *Cahiers du Brésil contemporain*, 2004-2005; nº 57/58 – 59/60, p. 153.
- LOVE, Joseph. *A Construção do Terceiro Mundo*. Teorias do subdesenvolvimento no Brasil e na Romênia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- MALAN, P., *Et ali*. *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939-52)*. Rio de Janeiro: IPEA, INPES, 1977.
- MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. [1993] São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- . “Celso Furtado el hacedor del estructuralismo latino-americano”. In: CORSI, Francisco Luiz; CAMARGO, José Marangoni (orgs). *Celso Furtado e os desafios do desenvolvimento*. Marília-SP: Oficina Universitária, 2010.
- MENDONÇA, Marina Gusmão de. “A formação intelectual de Celso Furtado”. In: CORSI, Francisco Luiz; CAMARGO, José Marangoni (orgs). *Celso Furtado e os desafios do desenvolvimento*. Marília-SP: Oficina Universitária, 2010, pp. 1-19.
- MONTEIRO, Jorge Vianna; CUNHA, Luiz Roberto Azevedo. Alguns aspectos da evolução do planejamento econômico no Brasil. *Pesquisa e Planejamento econômico*. Rio de Janeiro, V. 4, N. 1, Fevereiro de 1974, pp. 1-24.
- MORAIS, Reginaldo. *Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as ideais da Cepal*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- SARETTA, Fausto. Octavio Gouveia de Bulhões. In: SZMRECSÁNYI, T; COELHO, F. S. *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007.
- SCALETISKY, Eduardo Carnos. *Dois projetos para o Brasil: 1945-1954*. Uma análise dos Projetos da Missão Abbink, da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e do Grupo Misto BNDE-Cepal. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 1988.
- SILVA, Roberto Pereira. *O jovem Celso Furtado*. História, política e ideologia (1941-1948). Bauru-SP: Edusc, 2011.
- SOLA, Lourdes. *Ideias econômicas, decisões políticas*. Desenvolvimento, estabilidade e populismo: São Paulo: Fapesp, Edusp, 1998.
- SZMERACSÁNYI, Tamas. Celso Furtado. *Estudos Avançados*. vol.15 no. 43. São Paulo: Sept./ Dec. 2001, p. 347.
- . Sobre a formação da *Formação econômica do Brasil* de C. Furtado. In: *Estudos Avançados*. São Paulo: EDUSP, 13(37), 1999, pp. 210-211.
- VIANNA, S. B. “Política econômica externa e industrialização: 1946-1951”. In: PAIVA, M. A. (org) *A ordem do progresso*. Cem anos de política econômica republicana: 1889-1989. Rio de Janeiro, Campus, 2000.
- VIEIRA, Rosa Maria. “Celso Furtado: autorretrato e retórica”. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. & REGO, J. M. *A grande esperança em Celso Furtado*. Ensaio em homenagem aos seus 80 anos. São Paulo: Editora 34, 2001, pp. 157-165.
- WAHRLICH, Beatriz. *Reforma administrativa na era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1985.